Estágio em geografia: embates sobre o processo avaliativo

Luciano Andrade da Silva ¹

Andrea Maria dos Santos

Eixo 5- Educação e ensino de Ciências Humanas e Sociais

Essa pesquisa se destina a analisar como se concebe a avaliação escolar de forma geral dentro da Lei de diretrizes e bases da Educação brasileira (LDB), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e do Projeto político pedagógico (P.P.P.) da escola Estadual Professor Eduardo Silveira, situada na cidade de Itabaiana/SE, campo de estágio, pois, este artigo é fruto da experiência vivenciada nesse período, os objetivos propostos para a elaboração da pesquisa debruçaram-se para um entendimento teórico a respeito do tema abordado, de forma mais específica na intenção de discutir como o processo avaliativo é apresentado na escola de análise, principalmente no que tange a relação teoria e prática do projeto pedagógico, no texto são apresentadas reflexões a cerca do tema que é de relevância no âmbito educacional.

Palavras chave: análise, avaliação, estágio.

This research destines to analyze as if conceived school evaluation inside the Brazilian education Guidelines and Bases Law (LDB), of the National Curricular Parameters (PCNs), and of the pedagogical political Project of the State School Teacher Eduardo Silveira, situated in the city of Itabaiana/SE, apprenticeship field, because, this article is experience fruit in this period, the proposed goals for the research elaboration for a theoretical understanding concerning about of the boarded theme, of form specifies most in the intention of arguing as the process estimate is presented at school of analysis, mostly in the that tolls the relation theory and practice of the pedagogical project, in the text are presented reflections for enclosure theme that belongs to relevance in the educational scope.

Key words: Analysis, evaluation, apprenticeship.

Introdução:

O presente artigo tem como objetivo analisar os embates em relação à prática avaliativa, tema que ao longo dos anos é muito debatido e discutido, entre acadêmicos, professores, e profissionais de diversas áreas de cursos de licenciaturas, tal problemática se deve a avaliação por vezes ser praticada

como ameaça e instrumento de imposição e autoritarismo aos alunos, ou como uma forma de classificar em capacitados e incapacitados, reprodução de uma sociedade conservadora, competitiva e excludente.

Destarte, a pretensão aqui não é a de encontrar ou mostrar a fórmula certa para os encaminhamentos avaliativos, mas sim, através de leituras e da experiência no estágio supervisionado em geografia III uma das disciplinas do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (Itabaiana), e de forma mais específica discutir como é concebido o processo de avaliação na escola Estadual Eduardo Silveira e relatar algumas dificuldades encontradas em sala de aula com relação à referida problemática.

Para construção do texto se fez necessário dividir as discussões em subitens, tendo como objetivos primeiro abordar a avaliação escolar, suas definições e características, assim como os instrumentos de verificação do rendimento escolar, nesse primeiro momento pretende-se identificar de maneira geral como se procedeu e procede o processo avaliativo, no segundo item analisar algumas modalidades de avaliação relacionando-as com as práticas avaliativas da referida escola *lócus* da experiência vivenciada no estágio.

No terceiro momento abordar a concepção de avaliação dentro da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), visto que são leis normativas que sustentam o sistema educacional brasileiro, e nesse contexto focar a análise no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Eduardo Silveira e como esta concebe a avaliação.

No subsequente item o foco residirá no relato sobre as dificuldades pelos estagiários enfrentadas no que tange a avaliação, e como os alunos destes encaram a verificação da aprendizagem, mediante prova. Seguidos pelas reflexões finais e a referência bibliográfica.

Os procedimentos metodológicos que basilarão a construção do texto foram leituras sobre o tema em questão, pesquisa bibliográfica, assim como o estudo do projeto político pedagógico (P.P.P) da Escola referida, discussões em sala de aula em forma de colóquios durante a disciplina Estágio Supervisionado III, entrevistas com os alunos do 1º ano, e com a equipe diretiva da escola e o professor regente, com relação ao método, está pautado no materialismo histórico dialético, que se fundamenta no estudo das

contradições, a escolha por este método se dá por entender que analisar a escola por si, isolada, fora de um contexto geral, fragmentaria a compreensão, já que esta inserida em uma configuração social conflituosa, ou seja, dentro de um contexto histórico, nesse sentido GADOTTI(2000, p.57) argumenta que :

A concepção dialética da educação, baseada na análise concreta das relações existentes no trabalho, sustenta que o processo de emancipação do homem é antes de mais nada econômico , histórico e não espiritual.

Na seqüência o primeiro item debruça-se no entendimento sobre a avaliação, abordando-a de forma geral, a partir de conceituações, na tentativa de caracterizá-la, sendo substancial para a compreensão do tema.

I-Avaliação escolar: ação complexa

A complexidade atribuída à questão avaliativa reside no fato de ser um exercício didático, no qual o profissional docente vê expresso o resultado dos objetivos elencados, o tipo de metodologia empregada por este para a construção do conhecimento. A avaliação tem assim um caráter.

Autores como Libâneo(1994) e Luckesi(2006), concebem a avaliação como um processo, uma ação contínua, e não apenas como uma verificação punitiva, no intuito de atribuir notas, com o objetivo “congelado ” de quantificar.Nesse sentido Luckesi(2006, p.92) discute a verificação da seguinte maneira:

A dinâmica do ato de verificar encerra-se com a obtenção do dado ou informação que se busca, isto é, “vê-se” ou não se vê alguma coisa .E...pronto ! Por si, a verificação não implica que o sujeito retire dela conseqüências novas e significativas.

A verificação é assim uma ação “engessada” que não percorre a construção do conhecimento, e sim a atribuição de valores, estes expressos mediante notas, já a avaliação é compreendida como um processo, uma atividade contínua, Libâneo(1994, p.195) encara a avaliação como:

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona a dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas.

A avaliação é um instrumento imprescindível para o trabalho do professor é de caráter essencial na complementação do ensino aprendizagem,

a partir desta pode-se verificar o progresso, dificuldades dos alunos redirecionando as práticas pedagógicas para que o discente possa obter o mínimo do conhecimento proposto para cada conteúdo, o padrão mínimo de conhecimento não quer dizer, que não se pode avançar, o mínimo aqui é o que possa dar conta de inserir os alunos de forma a enfrentar uma sociedade injusta e desigual de forma crítica e participativa, como destaca LUCKESI:

Para que se utilize corretamente a avaliação no processo ensino aprendizagem no contexto escolar, importa estabelecer um padrão mínimo de conhecimentos, habilidades e hábitos que o educando deverá adquirir, e não uma média mínima de notas como ocorre hoje na prática escolar. (2001, p.96).

O que ocorre e é vivenciado ao longo dos anos nas escolas é um processo pelo qual a aferição da aprendizagem não é utilizada como instrumento de subsídio no trabalho do professor que identifique as dificuldades do aluno, um instrumento de auto-avaliação do professor, mais sim como uma ferramenta de autoritarismo, ameaça, ou seja, de poder.

O uso do poder se apresenta de várias formas, exemplo é quando os alunos não estão se comportando bem, são indisciplinados, e o professor faz comentários como, “a prova vem aí”, e assim a depender da situação, as provas são elaboradas com intuito de dificultar o rendimento do aluno, e dessa forma a aferição da aprendizagem é utilizada como um mecanismo disciplinador.

A avaliação nos moldes conservadores não está objetivando o crescimento do ensino-aprendizagem do aluno e sim classificar, selecionar, os aprovados e reprovados, os que tiveram sucesso e insucesso no ano letivo, assim a nota é mais relevante para os alunos que a própria aprendizagem, isto por que muitos estudam não para obterem conhecimento, mais sim para obter conceitos ou notas, tal fato, foi vivenciado no estagio supervisionado III, quando na aplicação da prova um dos alunos da classe mencionou: “só preciso de 3,2 para passar se eu tirar não quero mais saber de estudar para geografia este ano, vou me dedicar para passar em biologia que estou precisando de mais nota”.

Dessa forma, a avaliação pautada em notas ou conceitos, e o professor utilizando-se desta para obter o resultado de quem foi superior ou inferior, sem

levar em consideração o apreendido pelos alunos, assim a avaliação desempenhará uma função classificatória e estática como salienta LUCKESI:

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento... a função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a obrigatoriedade da tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação.(2001,p.35)

Em contraposição a prática de avaliação classificatória alguns autores como Luckesi, Libâneo, Hoffmann, entre outros defendem um processo avaliativo com a função diagnóstica que possibilite uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, é tratar a aferição da aprendizagem como um processo, não como uma coisa acabada, mais sempre em construção, direcionando a aprendizagem.

A concepção de avaliação diagnóstica requer do professor compreensão do avanço, limites e dificuldades dos alunos, para que possa direcionar sua prática de ensino, por exemplo, é feita uma avaliação o professor percebe a dificuldade dos alunos em um determinado assunto, este deve reorientar a aprendizagem, e só passar para o conteúdo novo quando os alunos obtiverem um mínimo necessário.

Porém, surge uma questão, por mais que o professor esteja engajado em propor uma avaliação diagnóstica que leve em consideração o processo de ensino-aprendizagem, que só avance ao conteúdo subsequente quando os alunos consigam um padrão mínimo de conhecimento, este esbarra no sistema educacional que determina os conteúdos a serem concluídos durante um ano letivo, sem falar no “monstro” do vestibular pelo qual o professor é um treinador, um descobridor de dicas, no sentido de romper com os ditames conservadores, Luckesi argumenta que :

Para romper com esse estado de coisas... importa romper com o modelo de sociedade e com a pedagogia que o traduz. Não há possibilidade de transformar os rumos da avaliação, fazendo-a permanecer no bojo de um modelo social e de uma pedagogia que, por sua vez, é representativa de um modelo social, não poderá mudar sua forma se continuar sendo vista e exercitada no

âmago do mesmo corpo teórico-prático no qual está inserida. (2001, p.41)

Percebe-se o quão é problemática a questão, romper com os referidos ditames conservadores, necessita muito do papel político e social do corpo pedagógico da escola, depende da visão de mundo e do engajamento social do profissional. Avançar para uma avaliação diagnóstica, não é uma tarefa fácil, visto que, o modelo no qual a nota ou conceito é o que prevalece nas escolas, vem desde o momento da cristalização da sociedade burguesa.

A avaliação para ser um processo contínuo, estabelecer-se como uma tomada de decisão, o docente deve ter objetivos, plano de aula, metodologias muito bem integrados e precisos, utilizar critérios e instrumentos de avaliação condizentes com o plano de ensino elaborado. O critério é o padrão mínimo de conhecimento para que o aluno desenvolva capacidades e habilidades para viver e exercer a cidadania, definidos os critérios, os instrumentos de avaliação devem procurar ao máximo aproximar os conteúdos com a realidade para que o aluno possa se apropriar do fundamental e essencial dos assuntos ministrados em aula.

Na prática de ensino vivenciada no estágio em geografia procurou-se ser o mais claro possível quanto aos objetivos, metodologia e critérios, e assim os instrumentos avaliativos propostos buscaram associar o conteúdo ensinado com o dia a dia do aluno, exemplo, quando trabalhado o conceito de taxa de fecundidade e o declínio desta no Brasil a partir da década de 60, foi proposto para os alunos que fizessem entrevistas com familiares avós ou pessoas mais velhas e com seus pais para saber quantos filhos os avós tiveram e assim comparar com a realidade de hoje, dessa forma, relacionaram o conteúdo a prática.

Da mesma forma, trabalhou-se em sala de aula o assunto de migrações, o instrumento avaliativo utilizado foi uma pesquisa ,pela qual os alunos iriam conversar com familiares ou pessoas próximas, com o objetivo de identificarem o possível processo de mobilidade de tais pessoas. A partir das informações obtidas os discentes relacionaram com o conteúdo migração do livro didático, e texto literário de Manoel Fernandes.

Como o processo avaliativo deve ser prazeroso e não um instrumento de ameaça e medo, a utilização de caça palavras foi realizada com intuito de unir

entretenimento com os assuntos ministrados, assim, como colóquio para analisar o empenho oral dos alunos, apesar do período de estágio ser pequeno alguns instrumentos de avaliação foram utilizados para que os objetivos propostos fossem alcançados.

II- Algumas modalidades avaliativas: articulação entre teoria e prática no Estágio Supervisionado em Geografia III

Existem diferentes modos de avaliar o desempenho dos alunos, sua compreensão a respeito dos assuntos ministrados, e a relação destes com a realidade dos mesmos. Nesse ensejo, é importante destacar os métodos tradicionais de avaliação e outras formas avaliativas, a fim de refletir sobre essas práticas no período do Estágio em Geografia na Escola já mencionada.

A complexidade do referido tema não reside apenas em sua faceta teórica, tendo em vista que apresenta diferentes modalidades. Em uma escala mais específica, como estagiários pode-se mensurar a partir de atividades avaliativas em um curto período de tempo a compreensão dos conteúdos por eles ministrados.

No que tange as formas de avaliação AFONSO (2005) elenca algumas delas com: os exames tradicionais; a avaliação normativa; a avaliação criterial e a avaliação formativa.

Os exames tradicionais representam uma quantificação, um método avaliativo que nivela pessoas com capacidades diferenciadas de assimilação, assim equaliza os alunos. Para AFONSO (2005, p. 30) os exames tradicionais são “fundamentalmente uma técnica de certificação para medir com pretensa objectividade (e atestar juridicamente) um nível determinado de qualificação”. Desse modo, essa modalidade enquadra os discentes e os profissionais em um sistema em constante pressão, onde os professores por vezes utilizam-se destes, por exemplo, para que os alunos façam uma determinada atividade como uma pesquisa, ou um exercício, como um tipo de jargão, “prestem atenção porque isso vai cair na prova”, ou “façam o exercício pois, vai valer nota”.

Uma das dificuldades do período do estágio tem relação com esse ponto, como avaliar alunos com características tão diferentes não só individuais como também sociais? A resposta foi procurar um modo de avaliação, que

fosse feita de forma contínua, para “aos poucos” obter deles os resultados quantificados pela escola para a aprovação ou reprovação no fim do ano.

Com relação à avaliação normativa é apresentada por AFONSO (2005, p.34) ao seu parecer como: “a modalidade de avaliação mais adequada quanto à competição e a comparação se tornam valores fundamentais em educação”. Para ele essa modalidade tem relação com um chamado “mercado educacional” onde a educação é tratada como mais um item mercadológico e os alunos apenas como futuros profissionais.

A avaliação criterial também apresenta aspectos de mercado à educação, mas difere da anterior no entender das características individuais do aluno, para encontrar as dificuldades e não estabelecer uma comparação entre os discentes.

A última forma avaliativa apresentada pelo autor utilizado como base desse item é a avaliação formativa que para cf. De Ketele , 1987, pp.46-48 citado por Afonso(2005, p.38) para os professores ela é realizada da seguinte maneira:

Quando os professores praticam a avaliação formativa, a recolha de informação sobre a aprendizagem dos alunos pode ser realizada por uma pluralidade de métodos e técnicas que incluem desde o recurso à memória que o professor guarda das características dos alunos até às mais diversificadas e conhecidas estratégias como a observação livre, a observação sistemática, a auto-avaliação, a entrevista, o trabalho de grupo e outras diferentes formas de interação pedagógica.

Neste sentido essa forma de avaliação amplia o leque, leva o profissional docente a enxergar outras aptidões dos alunos importantes para a construção do conhecimento, não os engessa em um sistema de coação mediante apenas provas, ou arguições, outras atividades são levadas em conta, no estágio práticas como pesquisa , capacidade de relacionar o assunto ministrado com a realidade , mostraram a uma escala além da pura quantificação de notas o entendimento dos alunos sobre o conteúdo estudado.

III - A concepção de avaliação para a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional) e PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)

A busca por um processo avaliativo que rompa com o tradicionalismo enraizado da educação brasileira leva o surgimento de novas concepções a

respeito de como avaliar, dentro dessa perspectiva a LDB os PCNs serão abordado de forma sucinta ,e de modo mais específico o projeto político pedagógico da Escola Estadual Eduardo Silveira, entende como deve se proceder o ato de avaliar.

Dentro da perspectiva da LDB no inciso V - a avaliação do rendimento escolar deve ocorrer de forma contínua e cumulativa com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, percebe-se que é uma concepção, na qual está dentro de uma perspectiva diagnóstica, da mesma forma encontra-se nos parâmetros curriculares nacionais que a concebe da seguinte maneira:

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo o aluno. (1997, p.81)

Tanto a LDB como os PCNs buscam conceituações que normalizem uma avaliação que subsidie ao professor para sua reflexão contínua sobre sua prática, a partir desta criar novos instrumentos de trabalho, contudo, como citado alhures, só poderá acontecer se forem superados o caráter de terminalidade e de medição dos conteúdos aprendidos que estão enraizado nas escolas brasileiras.

Dentro do debate em questão se fez necessário no período do estágio supervisionado, analisar o P.P.P da Escola estadual Eduardo Silveira, projeto pedagógico que tem como função primordial não só uma decisão dos caminhos a serem percorridos e sim a explicitação de seu papel social no processo educativo. Destarte, no projeto político pedagógico da referida escola o processo avaliativo não difere do que propõe a LDB e os PCNs definindo- se também como algo contínuo e participativo, assim a avaliação no P.P.P da escola lócus do estágio reveste-se de:

- Um acompanhamento sistemático ao aluno, processo contínuo, com vista a revisão dos conceitos não apreendidos.
- A avaliação, verificada mediante a utilização de diferentes instrumentos é registrada a cada bimestre cuja média corresponde a 5,0.
- A avaliação de aprendizagem, em escala de 0 a 6,0.

- Avaliação de desempenho (trabalho+tarefas+participação, entre outros.), variando numa escala de 0 a 4,0, divididos em dois blocos de atividades.

Por mais que proponha uma avaliação contínua e diagnóstica os resultados serão expressos em notas e por final média, em conversa com alguns alunos da classe onde ocorreu o estágio, perguntados o que achavam sobre avaliação, a resposta que prevaleceu foi “terror”, é caracterizado pelos alunos como o momento de tortura, assim uma aluna declarou: “a gente fica mais preocupado com a nota do que com aprendizagem devia acabar com esse negócio de nota”, é visível nessa fala como a nota restringe o mais importante da função avaliativa que é aprendizagem, para LUCKESI:

A prática escolar usualmente denominada de avaliação da aprendizagem pouco tem a ver com a avaliação. Ela constitui-se muito mais com provas/exames do que de avaliação ...Essa característica das provas/exames não é graciosa. Ela está comprometida, como tenho denunciado em textos e falas, com o modelo de prática educativa e, conseqüentemente, com o modelo de sociedade, ao qual a serve. (2001, p.168-169)

As contradições são visíveis na lei e no discurso tanto na LDB, PCNs como no P.P.P da referida escola quando é colocado que se trabalhe com a avaliação de forma gradual entendida assim como processo, que a nota não sobrepuja o aprendizado do aluno, dessa maneira é que os discursos e as leis apresentam-se como falaciosas , pois pouco ou quase nada são feitos para minimizar as contradições e desigualdades na qual se encontra a sociedade, já que na sociedade capitalista sanar as desigualdades e contradições é uma tarefa de imensurável complexidade.

Além do que se coloca que o professor deve proceder à avaliação por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo o aluno, quando o professor não tem um salário digno, não tem condições materiais para realizar o trabalho, com carga horária elevada, muitas turmas para que seu número mínimo de aulas possa ser cumprido.A pretensão aqui não é a de fazer apologia para que continue o conservadorismo nas escolas, mas mostrar que entre a teoria e a prática as contradições são latentes.

IV - Dificuldades enfrentadas pelos estagiários no que se refere a avaliação.

A complexidade desse tema foi visível durante a experiência do estágio, no entender de que o professor que tem um ano letivo para por em prática um tipo de avaliação diagnóstica dentro de um contexto de as dificuldades já foram apresentadas.

No estágio caracterizado como um período de vivência profissional é que a problemática sobre avaliação se torna mais difícil, ou seja, para os estagiários avaliar os alunos em um espaço de tempo pequeno acaba transformando-se em uma tarefa complexa, isso devido a uma determinação do professor regente que definiu a quantidade de pontos, que foram dois, a serem trabalhados pelos estagiários como avaliação.

Concebendo o processo avaliativo como contínuo, esses dois pontos foram divididos em diferentes atividades que já foram analisadas durante o texto, com o objetivo de perceber a relação entre conteúdo ministrado e entendimento por parte dos alunos.

Por mais que se tenha uma concepção de que a avaliação não é um instrumento de ameaça, o sistema de notas restringe a aprendizagem. Por vezes, foi utilizado para motivar os alunos a desenvolverem as atividades propostas, dizer frases do tipo “pode valer nota”, “ participação conta pontos ” , não com o intuito de mostrar poder ou autoridade, mas sim trazer os discentes para desempenharem as atividades.

Isso foi necessário por trabalhar a unidade no final do ano letivo, onde a maioria dos alunos já estavam aprovados e acostumados com o sistema do professor regente, os estagiários cumpriram com as determinações feitas pelo professor da sala, como por exemplo, o tipo de prova toda objetiva, com questões de escolha entre verdadeiro ou falso, a questão da opção por esse tipo de prova não foi acordado entre os estagiários e o professor, onde este avisou aos alunos como seria a avaliação sem ter uma conversa prévia com os estagiários, e estes tiveram que cumprir o determinado, outro ponto curioso é que o regente explicou que os alunos tem o hábito de pegar esse tipo de prova e responder em aproximadamente 4 minutos, e que os estagiários não deveriam deixar eles saírem antes do final do horário .

Uma prova com questões subjetivas seria de extrema importância para conhecer os tipos de relações que os alunos poderiam fazer para responder os itens, como a escola trabalha com a preparação para o vestibular, uma espécie

de “treino”, onde os alunos respondem questões pelo método da memorização e não a compreensão, ou articulação com a realidade. Para exemplificar como era o tipo de prova que o professor exigiu, segue uma das questões que foi colocada na prova:

1-A partir do gráfico julgue os itens em verdadeiro ou falso:

0 0- O crescimento vegetativo ou natural é obtido pela taxa de natalidade menos a taxa de mortalidade mais os movimentos migratório.

1 1- Nos anos de 1985, 1990, 1995 e 2000 houve uma diminuição da taxa de natalidade no Brasil em decorrência do processo de urbanização, inserção das mulheres no mercado de trabalho, anticoncepcionais.

2 2- Com a diminuição da taxa de natalidade e mortalidade ocorre o aumento de jovens e crianças e uma diminuição da expectativa de vida.

3 3- O crescimento Vegetativo no ano de 1985 e 2000 no Brasil foi negativo, tal processo assemelha-se a alguns países da Europa.

4 4 –A desaceleração do crescimento demográfico no Brasil tem relação com a diminuição da taxa de fecundidade.

Reflexões finais...

O objetivo desse artigo foi discutir a avaliação trabalhada nas escolas e em especial o tipo da avaliação na Escola Estadual Eduardo Silveira, para isso o texto desdobrou o entendimento a respeito do tema, discutindo-o teoricamente e associando com a prática no estágio.

A partir dessa análise foi perceptível as dificuldades de como propor uma avaliação que leve em consideração o processo de aprendizagem do aluno durante aquela unidade, visto que as escolas já tem um sistema a ser

cumprido e o estagiário por mais que queira e apresente propostas diferenciadas esbarra com tal situação.

A experiência do estágio estabelece um suporte para compreender o campo de atuação do profissional, ou seja, a escola, e como o sistema está estruturado e como a avaliação é trabalhada, a aprendizagem fica restrita não para inserir o aluno em contexto onde este possa ter uma postura crítica, participativa, e sim um tipo de ensino bancário, voltado para a aprovação no vestibular.

Tendo em vista a complexidade do tema, não é possível concluir o debate sobre a avaliação, pois é um temário que gera discussões e embates há vários anos, e não seria em um período de estágio que iria ser encontrada a fórmula, ou a resposta sobre o processo avaliativo o intuito foi apontar encaminhamentos e reflexões.

¹ nota final: graduandos do 8º período no curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe Campus Professor Alberto Carvalho. E-mails: Luciano.bass@hotmail.com; msandreamary@yahoo.com.br.

Referência bibliográfica:

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas – 3.ed. –São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da Educação: um estudo introdutório – 11. Ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch, Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista, Porto Alegre, Mediação, 2000, 29ª ed. Revista.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática – São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições – 18.ed. – São Paulo :Cortez, 2006.

_____, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições – 16.ed. – São Paulo :Cortez, 2001.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/142-4.pdf?PHPSESSID=2009051510483174> acesso dia 29/11/2010